



CÂMARA MUNICIPAL DE PALMITAL

ESTADO DE SÃO PAULO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 05/81

Fixa o subsídio do Vice-Prefeito Municipal de Palmital.

A Câmara Municipal de Palmital, decreta:

Artigo 1º - Fica fixado a partir de 01 de outubro de 1981, o subsídio mensal do Vice-Prefeito Municipal de Palmital.

Parágrafo Único - O subsídio aludido neste artigo será o equivalente a 50% (cinquenta por cento) do fixado para o Prefeito Municipal.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de verbas próprias que constam do orçamento vigente.

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de outubro de

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Palmital, em 09 de outubro de 1981

A P R O V A D O

EM _____ DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

POR _____

SESSÃO _____ DE ____/____/____

Presidente

BENTO GONÇALVES FILHO
Presidente

JOSE MARIO DOBREIRA DE LIMA
2º Secretário

J u s t i f i c a t i v a :

Embora a Procuradoria de Assistência Jurídica aos Municípios, através de seus pareceres nºs. 8.201 e 8.433, respectivamente de 24/08/76 e 15/08/77 já tenha se manifestado favorável a fixação de subsídios aos Vice-Prefeitos, além da verba de representação, o Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no processo TC-5.208-77 contrariou esta orientação, vedando a fixação de subsídios aos Vice-Prefeitos. Entretanto, através do processo nº TC-A-1137-80 de 24 de junho de 1981 (D.O.E. de 25/06/81) o mesmo Tribunal de Contas, passou a considerar legítimos os pagamentos de

-segue/



CÂMARA MUNICIPAL DE PALMITAL

ESTADO DE SÃO PAULO

fls. -2-

de subsídios aos Vice-Prefeitos Municipais, desde que fixados por lei municipal, contrariando assim a orientação normativa anterior daquela Corte, fixado no processo TC-5208-77, e em sua deliberação o Egrégio Tribunal afirma que nenhuma dúvida de natureza jurídica pode mais subsistir quanto a licitude de ditos pagamentos, - "ex-vi" da coexistência dos artigos 113 da Lei Maior paulista e 33, § 3º da Lei Orgânica dos Municípios.

Quanto ao valor a ser fixado, a Procuradoria de Assistência Jurídica aos Municípios, em seu parecer n. 8.201, sugeriu/que os mesmos poderão superar em um terço do valor da verba de representação, a fim de guardar proporcionalidade com as disposições do § 1º do artigo 38 da Lei Orgânica dos Municípios.

Desta forma, acatando a sugestão supra citada, propomos através do presente Projeto de Decreto Legislativo, sejam estes - subsídios fixados em 50% (cinquenta por cento) do fixado para o Prefeito, já que a verba de representação fixada ao Vice-Prefeito através do Decreto nº 06 de 21-09-76 é na mesma proporção, ou seja, 50% (cinquenta por cento) da fixada para o Prefeito Municipal.

Assim sendo, tendo o senhor Prefeito seus subsídios fixados no valor do maior salário pago a funcionário municipal (Ato da Mesa nº 10/81 de 02/06/81) o que equivale a R\$.42.240,00 (quarenta e dois mil, duzentos e quarenta cruzeiros) mensais, atualmente, o subsídio do Vice-Prefeito será de R\$.21.120,00 (vinte e um mil, cento e vinte cruzeiros) a partir de 1º de outubro de 1981.

Câmara Municipal de Palmital, em 09 de outubro de 1981

BENTO GONÇALVES GIL
Presidente

JOSÉ MARIO CORREIA DE LIMA
2º Secretário